

O Kinder-Ladrão-Clã

Sobre um escândalo da justiça em Munique e defensores corruptos das crianças

#ChildProtection #Corruption #Munich

Que quase metade de todos os casamentos são divorciados nos chamados Países Ocidentais Desenvolvidos é conhecido por muitos ao redor do mundo. Cada um desses casos tem seu próprio drama e tragédia, especialmente quando as crianças estão envolvidas e quando há uma separação de um dos pais. Os tribunais estão envolvidos e os juízes estão ocupados observando as alegações das duas partes, bem como trazendo luz às circunstâncias do divórcio.

Desde que a legislação na Alemanha nas últimas décadas foi alterada tão unilateralmente que os direitos e reclamações das mães são considerados - enquanto os pais têm que se contentar com as visitas de 14 dias dos seus filhos - há também casos de divórcio grotescos e que raramente são relatados.

Um caso da Alemanha, no entanto, tem muito a dizer agora a este respeito e vale a pena olhar mais de perto. Afinal, contém tudo o que constitui um verdadeiro suspense: roubo infantil, calúnia, mentiras, intrigas, corrupção, ignorância, quase tentativa de homicídio. Até **Inspector Colombo** provavelmente teria gostado deste caso...

Tudo começou há mais de 7 anos. Olaf K. (nome mudou), casado na época com Katja K. de U. tem dois filhos. Como em todo casamento há disputas, um dia não muito pior do que o habitual. Sua ex-mulher deixa a casa depois da briga com uma das crianças para um amigo; Olaf K. sai com a criança menor. Quando ele volta para casa à noite com a criança mais nova dormindo, a polícia o recebe na porta e diz a ele que sua esposa entrou com uma queixa criminal contra ele na delegacia próxima. Eles pedem para ele arrumar sua mochila. Olaf K. está mais do que surpreso, calmamente guarda suas coisas e deixa o apartamento escoltado pelos dois policiais.

Sua esposa entrou com uma ação criminal contra ele e até mesmo obteve uma proibição de contato por causa de declarações falsas, como se vê mais tarde. Ela pede mais tarde o divórcio durante a proibição de contato de 6 meses, um divórcio que Olaf K. inicialmente alerta, mas não tem outro instrumento legal na Alemanha do que reconhecer a vontade de sua ex-esposa para tal.

Olaf K. tentou várias vezes convencer sua ex-esposa a participar de conversas de mediação nas semanas anteriores. Um compromisso com um conhecido advogado foi preparado devido à iniciativa exclusiva de Olaf K. e para a qual sua ex-esposa apareceu. Mas depois de um curto tempo de espera nos escritórios da advogada, ela se levantou e foi para fora sem que nenhuma palavra fosse dita. Mesmo uma oferta de trabalho da Ásia - voo já pago - não poderia ser tomada por Olaf K. pouco tempo depois, já que por causa da proibição de contato e, portanto, uma falta completa - e provavelmente intencional - de qualquer comunicação, ele nem sabia naquela época se um processo de divórcio com guarda dos filhos seria ou não próximo ou não.

Os promotores públicos propositalmente começam a acreditar nas declarações falsas da ex-mulher, ele é procurado pela Interpol por um curto período de tempo, embora esteja devidamente registrado com amigos distantes em sua casa naquela época. Ele também está presente quando um policial a mando do juiz e do promotor público aparece em sua caçada ilegal e mundial pelo chamado "sujeito". Até mesmo

um julgamento no tribunal ocorre.

Lá, sua ex-esposa repentinamente declara diante de um juiz mais do que aturdido - depois do divórcio, assim como as recompensas monetárias pelo tempo de educação infantil serem resolvidas a seu favor - que ela repentinamente quer retomar sua ação criminal e processo contra Olaf K. Uma policial do sexo feminino como testemunha confirma no tribunal que não havia nenhuma evidência de danos ao corpo de sua ex-esposa no momento em que ela entrou com a ação criminal na delegacia de polícia. Olaf K. é oficialmente absolvido do tribunal; ninguém pode explicar as supostas "marcas de pele levemente avermelhadas no pescoço do autor", de modo que o juiz - marcas que nem sequer são visíveis nas fotos dos arquivos do tribunal.

Cerca de meio ano depois de ser libertado da corte, Olaf K. encontra um apartamento através de uma coincidência verdadeiramente milagrosa, um diretamente no décimo primeiro andar da mesma casa onde sua ex-mulher mora com as crianças. Um golpe de sorte, já que os apartamentos são muito difíceis de encontrar naquela cidade. Então ele se mudou.

Mas sua ex-esposa não gostou nada disso no começo. Ela gritou e gritou para Olaf K. no corredor e na frente das crianças quando ela descobriu que ele se mudou, e até correu para a gerência da propriedade para reclamar lá. Olaf K. não entendia nada disso, afinal ele achava que ela poderia ao menos entender que ele queria estar perto de seus filhos novamente.

Demorou um tempo para a ex-mulher se acostumar com Olaf K. no apartamento superior. Por volta do Natal, finalmente houve reconciliação com ela, eles se beijaram e também tiveram relacionamentos íntimos por alguns meses. O Ministério do Bem-Estar da Juventude confirmou essas boas relações alguns meses depois, quando vieram visitá-los - um encontro em que a ex-mulher e as duas crianças também estavam presentes em seu apartamento superior. O Departamento de Bem-Estar da Juventude escreveu um relatório oficial ao tribunal pouco depois, que a situação estava relativamente bem de novo, e também que a troca das duas crianças foi organizada em comum acordo entre os dois de uma forma espontânea. O amigo de negócios da Ásia também testemunhou isso, já que ele visita Olaf K. por alguns dias em seu apartamento para também falar sobre uma possível designação no extremo oriente novamente, agora que o pó da família havia se estabelecido, pelo menos temporariamente.

Apenas algumas semanas depois, os pais de Katja K. vieram me visitar. Eles agora sussurravam em seu ouvido que as crianças deveriam ver seu pai o menos possível novamente. De qualquer forma, Olaf K. foi atacado novamente. Do nada, sua ex-esposa não mantinha mais uma troca mútua e espontânea das crianças, e deixou claro a Olaf K. que não há mais interesse em sua presença.

Olaf K. agora não está apenas farto, mas deve observar as crianças sendo mentalmente quebradas. Ele escreve várias cartas ao Gabinete de Bem-Estar da Juventude, também por causa de crianças em perigo. Exatamente um dia depois de os pais terem ido embora depois de três meses de visita, o chamado Gabinete de Bem-Estar da Juventude responde - e ignora todas as reclamações e cartas de Olaf K. sobre a ameaça à criança nos últimos meses.

Em algum momento no final desses meses, ambas as crianças ficam por alguns dias com Olaf K. em seu apartamento - na mesma casa onde sua ex-mulher mora - e um pouco doente com ele. Sua ex-esposa não aparece uma vez, mas bombardeia a escola, e até corre para a corte onde ela pede a chamada "liberação" dos filhos, o que ela justifica com a alegação de que Olaf K. teria, alegadamente, não possuir um licença médica mais isenção escolar para a criança idosa de um médico.

Exatamente esta licença médica mais isenção escolar, porém, é entregue ao policial por Olaf K. quando eles tocam a porta para realmente levar seus filhos de seu apartamento, com base em declarações falsas e intencionalmente feitas por sua ex-mulher ao tribunal. Olaf K. também envia a carta de exame do médico com a prova da leve doença de seus filhos para seu advogado, bem como para o juiz. A juíza, por sua vez, não responde por alguns meses porque supostamente estava em licença educacional adicional, conforme escreve. E seu advogado passou a se mudar para outro escritório de advocacia - coincidentemente exatamente na mesma época em que as crianças estão sendo tiradas ilegalmente dele - e a partir de então decide simplesmente não responder a qualquer carta ou telefonema de Olaf K. mais do que nunca. desde então.

Uma audiência judicial é ordenada após cerca de cinco meses pelo juiz. Enquanto isso, Olaf K. tem que abrir dois processos contra sua ex-esposa, ele escreve várias reclamações ao tribunal, bem como um pedido de liberação de ambos os filhos da casa de sua ex-mulher porque ela voluntariamente e conscientemente decide minar qualquer contato deles com o pai por cerca de cinco meses.

Olaf K. também tentou encontrar um novo advogado para ele e seus filhos, é claro. Mas na cidade do sul da Alemanha, que não era muito fácil, não foi uma tarefa tão fácil. Um vizinho recomenda um primeiro advogado. Com este advogado, há três reuniões, cada vez que o assunto é adiado depois de conversas muito curtas, principalmente por razões econômicas - e também porque ele precisa de um documento do tribunal que lhe garanta apoio monetário. Quando ele finalmente adquiriu o documento, ele já é um pouco estranho no escritório de advocacia e o caso é rejeitado, também porque o advogado está em boa esperança e deixa as férias do bebê. Outro advogado não estaria disponível, então as declarações.

Olaf K. encontra outros dois advogados, o primeiro não tem interesse por razões econômicas. Em outro escritório de advocacia, a pasta do seu caso fica ociosa por quase três semanas no escritório do advogado e, em seguida, precisa ser quase processada por ter sido devolvida a ele. Uma primeira conversa foi realmente planejada, mas depois de uma discussão inicial, o caso havia sido ignorado pelo escritório de advocacia desde então.

Finalmente, Olaf K. encontra um advogado de uma das áreas mais ricas da Alemanha. No entanto, depois que ele é oficialmente e validamente nomeado como o advogado que representa Olaf K. ele decide simplesmente não comparecer na próxima audiência no tribunal de família. Ainda mais, ele não hesita algumas semanas depois em apresentar um projeto de lei de mais de 600 euros ao tribunal por não comparecer - acusações de que até o tribunal distrital se queixou. Além disso, uma reunião pessoal com esse advogado nunca acontece por vários motivos e, em algum momento, o advogado diz a Olaf K. que ele deveria procurar por "outro". Olaf K. continua contatando os advogados de vez em quando, principalmente as coisas são rejeitadas por razões financeiras na cidade bastante rica.

Algum tempo antes da próxima audiência, a história chega a um dos seus destaques. Por causa das várias vezes que Olaf K. havia testemunhado evidências de crianças em perigo - e cujas descrições detalhadas foram completamente ignoradas pelo chamado Youth Welfare Office - ele não vê outra opção senão gravar um incidente extremo com sua ex-esposa e uma das crianças. Poucos dias antes da audiência, Olaf K. tem uma reunião com o assessor jurídico oficial das crianças - assistente social e advogado - e apresenta-lhe as gravações, entre outras.

Alguém poderia supor que os funcionários finalmente se tornam ativos agora, mas nada acontece.

Pelo contrário, Olaf K. é latido pelo advogado em seu escritório que ele deveria abster-se de tais gravações. Olaf K. está indignado, ele imediatamente escreve logo antes da próxima audiência uma queixa ao juiz. Mas o juiz ignora mais ou menos as gravações, e ameaça Olaf K. na audiência de que tais gravações seriam ilegais e nunca deveriam ser feitas novamente.

Depois de cinco meses de horror para Olaf K., qualquer um dos incidentes e ameaças anteriores das crianças é praticamente ignorado. Em vez disso, um novo arranjo sobre as visitas das crianças é feito. O juiz tem que pedir até mesmo um supervisor de contato externo para organizar a entrega das crianças, porque Katja K. foi e é incapaz de trazê-los para Olaf K. De acordo com o novo regulamento, este supervisor de contato chega a cada 14 dias nos fins de semana, toca no segundo andar, pega as crianças lá, vai com eles até o elevador, aperta o botão e passa nove andares para cima, onde entrega as crianças no capacho do pai. Ele toca ali 36 horas depois de novo para trazer as crianças de volta ao segundo andar.

A Igreja Católica também está envolvida no assunto. Como as duas crianças foram batizadas na Igreja Católica, Olaf K. escreveu cinco meses antes uma carta confidencial com explicações sobre o escândalo legal ao arcebispo local. Esta carta foi entregue pessoalmente ao arcebispo por um diácono. Então, na audiência, um funcionário do Departamento de Bem-Estar da Juventude levanta-se repentinamente e grita em voz alta na sala do tribunal que Olaf K. supostamente escreveria “cartas de ódio contra o Departamento de Bem-Estar da Juventude ao Cardeal M. ”(Funcionário da Quote).

Além disso, o supervisor de contato - um chamado “Advogado para as Crianças”, como ele se chama - acaba sendo tudo, menos isso logo após sua nomeação pelo juiz. O primeiro contato com as crianças é providenciado por ele quase um mês após o novo acordo ser elaborado na reunião do tribunal. A entrega das crianças duas semanas antes no Natal foi intencionalmente organizada sem uma pernoite no pai. Um dos filhos chora e implora, porque depois de cinco meses ele finalmente quer ficar mais tempo com seu pai. Mas o supervisor de contato não tem piedade da noite do primeiro dia de Natal. O menino tem que descer novamente, embora o acordo do tribunal claramente afirme que as crianças devem passar a noite com o pai a cada 14 dias.

Depois de algumas semanas, o supervisor de contato começa a chegar em horários altamente imprevisíveis. Conversas mais longas com Olaf K. não são possíveis por ele de propósito. Após cerca de oito semanas, o supervisor de contato emite seu primeiro relatório escrito ao tribunal distrital - um documento cheio de tantas mentiras e declarações erradas que Olaf K. é forçado a não só escrever uma queixa ao tribunal, mas até mesmo um processo criminal contra difamação e coação com o Ministério Público local.

Quando ele começa a fazer acusações criminais também contra funcionários do Departamento de Bem-Estar da Juventude, uma carta de convite do departamento de polícia criminal leva Olaf K. para sua caixa de correio. O funcionário interessado e amistoso o questiona calma e objetivamente sobre o Departamento de Bem-Estar da Juventude e sua ex-esposa algumas semanas depois. No entanto, depois de conversar com Olaf K. por quase uma hora, o policial precisa respirar fundo ao ar livre.

Enquanto isso, Olaf K. também rejeita a renda básica do escritório de emprego alemão para garantir suas despesas de vida de vez em quando. Isso não é novidade para ele, sua renda básica foi negada por um total de oito meses, exatamente depois que ele se mudou de volta para a vizinhança das crianças. Mesmo a ameaça de acusações criminais não mudou muito no Centro de Emprego Alemão naquela época e a retenção de oito meses da renda básica é explicada mais tarde com a simples alegação de que um

funcionário supostamente não enviou certos documentos em papel.

Após outro incidente com o supervisor de contato, Olaf K. tem que escrever mais reclamações ao tribunal. Estes são ignorados, o mesmo acontece com as novas acusações de Olaf K. contra os funcionários do Departamento de Bem-Estar da Juventude e também contra os advogados das crianças. Não só são basicamente todos bem explicados e também justificados e as acusações criminais necessárias negadas, mas o estado local, bem como os advogados gerais do estado começam a responder às acusações criminais com difamações por Olaf K. em suas cartas de rejeição.

Outro destaque do Kinder-Robber-Klan acontece algumas semanas antes de uma audiência adicional em meados de 2016. O supervisor de contato escreve um documento ao tribunal seis semanas antes da próxima audiência que decidiu não permitir o contato dos filhos para o pai mais. Uma resolução do tribunal distrital para isso não existe. Desde que Olaf K. tem não apenas o direito, mas também o - punível se desobedecido - dever de acordo com o regulamento do tribunal para permitir um contato dos filhos, ele vai para a delegacia depois que as crianças simplesmente não foram trazidas a ele pelo supervisor de contato no fim de semana seguinte.

Olaf K. apresenta as decisões judiciais sobre o contato das crianças lá. O policial tenta ligar para o supervisor de contato, mas não pega o telefone.

Como de costume, Olaf K. envia reclamações ao tribunal por causa deste incidente, e se refere às outras acusações criminais já apresentadas para os advogados do estado. Na audiência do tribunal de família, quatro semanas depois, esses incidentes são praticamente todos ignorados não apenas pelas pessoas do Departamento de Bem-Estar da Juventude, mas também, e especialmente, pelo juiz. Olaf K. não pode participar da reunião judicial por causa de um estômago doente e vômitos pouco antes da audiência. O protocolo da audiência o acusa de supostamente ter - apesar da experiência de um ano com sua ex-mulher e os tribunais - demolido o trailer de bicicleta de sua ex-esposa coincidentemente alguns dias antes da audiência no tribunal. O protocolo também declara que suas acusações criminais no Ministério Público não devem ser levadas a sério, e que os métodos quase criminosos que envolvem o supervisor de contato seriam um dos melhores que o Departamento de Bem-Estar da Juventude teria.

Mesmo após a reunião do tribunal, o supervisor de contato simplesmente decide não aparecer mais para permitir um contato das crianças com o pai. Olaf K. tem que revogar as decisões da última audiência, e oficialmente desafia a imparcialidade do juiz agora. Além disso, por causa das muitas difamações infundadas e impunes dos funcionários do Departamento de Bem-Estar da Juventude, Olaf K. é forçado a se abster de um regulamento de contato com as crianças pelo período seguinte.

O juiz, por sua vez, responde quatro semanas após a audiência - além do bloqueio de quatro semanas do contato do supervisor de qualquer contato das crianças com o pai mais cedo - ao suspender oficialmente o contato de Olaf K. com os filhos retroativamente. dois meses agora.

Os múltiplos desafios de Olaf K. à imparcialidade do juiz são todos rejeitados com moções e justificativas parcialmente catastróficas. Alguns chegam ao Supremo Tribunal. A questão leva tempo, um pedido de Olaf K. é aparentemente encaminhado para o Tribunal Federal da Alemanha.

Por causa da ligação mais do que questionável e estreita do Tribunal Distrital com o Departamento de Bem-Estar da Juventude e Ministério Público local que lembra a bruxa malvada no conto de fadas 'Haensel e Gretel', Olaf K. ainda se dirige ao Ministro da Justiça do Estado do sul da Alemanha e,

pessoalmente, pede-lhe para iniciar uma investigação, especialmente seus muitos procuradores estaduais e suas respostas difamatórias às acusações justificadas de Olaf K. contra funcionários do Departamento de Bem-Estar da Juventude.

Mas até lá prefere se envolver nas atividades do Kinder-Robber-Klan. As cartas de Olaf K. são respondidas educadamente, elas chegam às mesas de três funcionários diferentes e superiores do Departamento de Justiça antes de serem finalmente mandados de volta para os mesmos promotores contra os quais as queixas de Olaf K. no Ministro de Estado Justiça foram emitidas. Como resultado, Olaf K. recebeu um retorno amistoso algumas semanas depois de apenas este Ministério Público, afirmando que nenhum erro de tramitação do caso poderia realmente ser identificado por qualquer um de seus procuradores estaduais.

Olaf K. deve agora não só apresentar pedidos de indenização por assassinato de caráter contra o Departamento Social e seus funcionários do Departamento de Bem-Estar da Juventude da cidade, e também contra sua ex-esposa - todos rejeitados ou simplesmente não serem admitidos nos tribunais - mas também até mesmo o Ministro de Estado da Justiça para tratar do assunto com seus procuradores estaduais.

Mas o Ministro de Estado da Justiça - e/ou seus subordinados - permanece em silêncio. Tanto, que um processo criminal contra o Ministro de Estado da Justiça precisava ser apresentado por Olaf K. no Ministério Público local - e que então é obviamente rejeitado pelos advogados do estado de uma forma tão irracional, que adicionais obstruções criminais à justiça acusações contra alguns promotores precisam seguir.

A questão vai para o Comitê Judiciário do Bundestag alemão, até mesmo a Procuradoria Federal da Alemanha recebe uma notificação do caso. Depois de alguns meses no Comitê Judiciário em Berlim, o assunto é transmitido à Comissão das Petições e, após mais algumas semanas, um consultor jurídico principal responde com esta mensagem amigável de Berlim.:

“De acordo com a ordem constitucional da República Federal da Alemanha, a lei é confiada exclusivamente aos juízes. **Os juízes são independentes nas suas decisões e estão sujeitos apenas à lei [!].** Como consequência desta disposição constitucional, as decisões judiciais só podem ser anuladas ou alteradas pelos tribunais competentes e apenas no contexto da lei. procedimentos prescritos pelo sistema legal (recurso, processo de revisão, etc.).“

Entretanto, o juiz em parceria com o presidente do tribunal distrital processa a acusação criminal contra Olaf K. por causa de uma suposta "ameaça", isto por causa de uma das suas cartas (!) ao tribunal distrital. Um pouco mais tarde, segue-se uma segunda acusação de “ameaça”, desta vez por causa de 15 palavras em uma carta ao conselho legal das crianças. O promotor responsável decide revelar a Olaf K. o motivo dessas acusações somente após cerca de quatro semanas. Enquanto isso, os promotores estaduais parecem se divertir ordenando temporariamente a vigilância de Olaf K. - enquanto os policiais executores parecem entediados por alguns dias/semanas.

Olaf K. nunca foi membro de qualquer organização extremista de direita e também não os apoia. Pelo contrário, Olaf K. pode chamar alguns muçulmanos pacíficos de seus amigos e também visita a comunidade judaica de tempos em tempos. Escusado será dizer, Olaf K. não possui uma arma, não tem licença de armas e também não tem dinheiro para comprar ilegalmente uma arma no mercado negro.

Sua ex-mulher, enquanto isso, já havia implantado a ideia maluca de que ele seria uma "ameaça" para as mentes das crianças. De qualquer forma, testemunhamos um dos raros encontros de Olaf K. com sua ex-mulher e seus próprios filhos em frente à entrada da casa - deve-se chamá-lo: estranhos que passam.

Outras recusas das queixas criminais de Olaf K. feitas pelos promotores locais, são particularmente interessantes. Em um relatório de avaliação de Katja K., ela novamente acusa Olaf K. - depois de ter sido absolvido quatro anos antes de quaisquer alegações sobre supostos "ferimentos" à sua ex-mulher pelos tribunais - de ter infligido tal dano - e mais - para sua ex-esposa naquela época. Uma queixa criminal correspondente por difamação emitida por Olaf K. ao Ministério Público local é ignorada por quase três quartos de ano. Olaf K. tem que escrever uma queixa de inatividade depois de quatro meses que também foram ignorados. Depois de oito meses, os promotores locais finalmente respondem, eles rejeitam o acompanhamento da queixa. Eles ainda escrevem que "meras premissas não justificam acusar alguém" e, adicionalmente, afirmam que as alegações do psicologicamente examinado Katja K. também estariam nos registros do tribunal.

Depois que Olaf K. entra em contato com a Ordem dos Advogados da cidade, o advogado de três anos atrás finalmente responde e afirma que não recebeu nenhum pedido de contato de Olaf K. nas semanas seguintes aos eventos que cercaram um pedido ilegal de seu ex. -Esposa para uma libertação das crianças - ela afirmou na época que Olaf K. teria alegadamente não possuir um exame médico e licença médica para a escola para o menino idoso que Olaf K. entregou à polícia quando eles vieram tomar as crianças.

Como Olaf K. tinha - entre outros - enviado uma carta registrada ao advogado na época, que foi devolvida pelo serviço postal com o aviso "não reclamado", ele também precisava apresentar uma queixa criminal contra o advogado. Esta queixa criminal também é rejeitada pelos promotores públicos com a seguinte racionalidade distorcida em sua carta:

“Que ele [o ex-advogado, que não havia respondido a nenhum dos muitos contatos do autor em 2015] tenha feito declarações deliberadamente falsas em sua carta à Ordem dos Advogados não pode ser provado, uma vez que um contato pessoal entre réu e demandante não aconteceu no respectivo período de tempo, e também porque o correio certificado postal do autor tinha retornado e marcado como 'não selecionado' (o que significa que não foi entregue com sucesso).“

Ah, e a propósito, Olaf K. apresenta este caso para outro chamado "advogado" na cidade nos últimos dias. Este ouviu brevemente os incidentes, diz que as queixas criminais não valeriam nada, e então ousa perguntar qual seria a questão de Olaf K.?

Por causa das muitas ações completamente irracionais cometidas por sua ex-esposa, Olaf K. exige do Tribunal Distrital que inicie um teste de DNA biológico para provar sua paternidade pela criança mais nova. A juíza do tribunal cria um processo judicial completo e ordena que a Igreja Católica aja como educadora intermediária para as duas crianças, apesar das queixas criminais de Olaf K. contra o Ordinariado local. Mês depois que suas queixas judiciais são, como sempre, rejeitadas, a juíza declara a chamada "paternidade declarativa" de Olaf K. para as duas crianças sem ter ouvido ele uma vez. O tribunal também não hesita em apresentar a Olaf K. uma conta sádica de mais de 850 Euros por ter se recusado a realizar um teste de DNA biológico, o que também não foi feito até hoje. Olaf K. se recusa a pagar isso e, é claro, a conta vai para um oficial de justiça duvidoso que até ameaça de execução por negligência na prestação de serviços de um tribunal distrital que parece estar precisando urgentemente de dinheiro.

Como, como esperado, outras ameaças do tribunal local seguem - por exemplo, uma ameaça do (feminino) presidente do tribunal distrital de apresentar acusações criminais -, Olaf K. é finalmente forçado em meados de outubro de 2018 a se candidatar como refugiado político. no Consulado dos EUA local, bem como com a Embaixada da Rússia na Alemanha. Sua queixa criminal contra o presidente do tribunal distrital é, obviamente: rejeitada ! E algumas semanas depois, também o Presidente do Tribunal Superior está à mão de Olaf K. e a ameaça de "queixa criminal" depois que a sua organização também se recupera de um problema de lidar com a realidade e as questões de recuperação de Olaf K.

O Presidente acha acertadamente "ofensivo em termos criminais" que Olaf K. não tenha outra escolha a não ser comparar o tratamento processual do tribunal e as decisões totalmente tendenciosas dos juízes com as dos tempos do nacional-socialismo na Alemanha.

Outra queixa criminal contra o Departamento Social por tentativa de homicídio segue. Por último, mas não menos importante, o caso vai novamente à Procuradoria Geral da Alemanha, já que o Ministério do Interior recusou-se a responder aos apelos de Olaf K. por uma investigação sobre os muitos mais do que esquemas óbvios de corrupção, supostamente estimulados por uma nação estrangeira. Uma vez que o Procurador Geral Federal alega que a questão não está em suas responsabilidades, Olaf K. escreve ao governo dos EUA, também para lembrá-los de sua candidatura como refugiado político.

Enquanto isso, Olaf K. trabalhou em uma extensa plataforma da Web que lista todos os documentos e eventos relevantes dos tribunais e promotores públicos sobre o caso de mais de cinco anos. Ele o apresenta na forma de um DVD ao procurador estadual local para justificar uma série de encaminhamentos criminais. Mas, em vez de se envolver na limpeza da corrupção, os advogados do estado parecem se divertir escaneando mais de 500 documentos para encontrar palavras e grafias que, na sua opinião, atendem aos pré-requisitos de uma 'ameaça'. Eles próprios arquivam encaminhamentos criminais adicionais e influenciam policiais e mulheres que aparecem no capacho de Olaf K.

Sua ex-esposa decide, alguns meses depois, que ela também se sente "ameaçada", não porque Olaf K. é realmente isso, mas porque ele deixa pequenos presentes cerca de duas vezes por semana para seus filhos no capacho ou os joga na caixa de correio da casa. porta do apartamento da ex-mulher. Ela apresenta não apenas aquelas barras de chocolate e pacotes de biscoitos no tribunal da família, mas também um presente de aniversário para a criança mais nova e vende para a juíza que ela se sente 'perturbada' por isso e, portanto, precisaria de 'proteção'. O tribunal concede seriamente a ela. Olaf K. agora não está oficialmente autorizado a doar presentes para seus filhos, é requerido por uma decisão judicial chamada de não usar mais a escada, mas apenas o elevador ao sair do prédio, forçado a abaixar a cabeça e não dizer olá para sua ex-esposa e / ou filhos, se os encontrar na frente da casa e também não entrar em contato com meninos em suas escolas, o que Olaf K. não fazia há mais de três anos.

Olaf K. escreve uma queixa contra essa decisão do tribunal, é claro, e outro pedido de viés do juiz. Sua carta termina com as seguintes palavras:

Você realmente gosta de emitir resoluções de tribunais como estas? Quanto você está sendo pago por George Soros por isso?

<https://www.sun24.news/pt/o-kinder-ladrao-cla-sobre-um-escandalo-da-justica-em-munique-e-defensores-corruptos-das-criancas.html>